

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019**

**(Do sr. Evandro Roman)**

Requer a realização de Audiência Pública sobre políticas públicas no cuidado da obesidade no âmbito da Subcomissão Permanente de Alimentação e Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 255 e art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública sobre políticas públicas no cuidado da obesidade no âmbito da Subcomissão Permanente de Alimentação e Saúde.

Solicitamos que sejam convidados, os representantes das seguintes entidades:

- Livia de Almeida Faller - Diretora do Departamento de Promoção à Saúde (SAPS/MS)
- Marlene Oliveira - Presidente do Instituto Lado a Lado
- Marcio Haro - Coordenador de Atenção Especializada do Ministério da Saúde (CGAE/DAET/SAES)
- Dr. Licio Velloso - Médico especializado no tratamento da obesidade da Unicamp
- Maria Edna de Melo - endocrinologista, chefe da Liga de Obesidade Infantil e médica assistente do Grupo de Obesidade e Síndrome Metabólica do HCFMUSP.

**JUSTIFICAÇÃO**

A referida audiência pública tem por objetivo promover discussões sobre o panorama da obesidade no Brasil, as políticas públicas para o seu cuidado e as dificuldades em sua implantação, tendo em vista os impactos da crescente prevalência da doença na vida dos indivíduos a possuem. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em estudo acerca do sobrepeso e obesidade na população adulta mundial, mais de 1,9 bilhão de adultos apresentavam excesso de peso, sendo que destes 650 milhões já tinham o acúmulo excessivo de gordura que caracteriza a obesidade.

Comparados aos números de 1980, esse número mais do que dobrou, fazendo da obesidade uma condição pandêmica.

Ao avaliar os dados do Brasil, fica evidente a gravidade da situação também em nosso país. Dados do Ministério da Saúde apontam que, em 2016, aproximadamente 39,5

milhões de pessoas tinham obesidade. Considerando que o país tem uma população total de 200 milhões de habitantes, a doença atinge, portanto, 2 em cada 10 pessoas. Levando-se sobre peso e obesidade em conta, metade da população brasileira (55,7%) já é atingida, ainda segundo o Ministério da Saúde.

Além dos impactos próprios da doença na vida dos indivíduos afetados, a alta prevalência da obesidade é também preocupante pois essa doença é fator de risco para outras patologias crônicas – como doenças cardiovasculares, câncer e diabetes mellitus tipo 2 –, além de gerar impactos psicossociais e socioeconômicos.

O Ministério da Saúde tem sido o principal proposito de políticas públicas no enfrentamento da obesidade. Nos últimos anos houve alguns avanços importantes na criação de políticas, em que se destaca a linha de cuidado para obesidade como parte da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. A partir dele, o tratamento da obesidade é feito, sobretudo, via atenção primária e inclui cuidados multiprofissionais – por meio de nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, profissionais de educação física – nas equipes de gerenciamento da atenção.

Outro avanço foi a criação do “Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) 2011-2022” pelo Ministério da Saúde, que estabeleceu 12 metas para combater as doenças crônicas até 2022. Desses, três estão relacionadas ao controle da obesidade: (i) redução da prevalência de obesidade em crianças; (ii) redução da prevalência em adolescentes; e (iii) interrupção do aumento da prevalência em adultos. Em consequência, houve redução no consumo de refrigerantes e no tabagismo, e aumento da prática de atividades físicas pela população.

Apesar de tais políticas representarem avanço no reconhecimento da obesidade como doença e no seu manejo dentro do SUS, com foco no incentivo à adoção de hábitos saudáveis pela população, exercícios físicos e adoção de dieta balanceada, não foi possível observar resultados expressivos na redução da incidência de obesidade na população. Em consequência, o objetivo maior, de redução do nível de obesidade e sobre peso, não foi alcançado, evidenciando a insuficiência das políticas já adotadas.

Frente a esse cenário, em que a prevalência da doença tem aumentado ao longo dos anos, é urgente que se discutam novos avanços quanto à etiologia e manejo da obesidade; e novas abordagens e políticas para seu enfrentamento.

O foco exclusivo em alimentação e prática de exercícios físicos parece estar atrelado a atribuição da causa da doença a uma escolha de estilo de vida e hábitos individuais, ligada a uma suposta falta de autodisciplina e de motivação.

Essa crença tem sido disseminada na população, culminando em um aumento de 66% na discriminação em função do peso só na última década<sup>1</sup>. Tal dado reflete-se também entre profissionais de saúde, segunda fonte mais frequente de estigma com relação ao peso - atrás apenas de familiares.

---

<sup>1</sup> Puhl, R., Heuer, C. Obesity stigma: important considerations for public health. American Journal of Public Health; 100 (6): 1019-1028

A estigmatização se traduz em uma barreira de acesso ao tratamento, que impede o paciente de buscar ajuda e, ao fazê-lo, dificulta a adoção de medidas variadas para o manejo do peso<sup>2</sup>. O entendimento de que a obesidade é multifatorial e não depende exclusivamente dos hábitos individuais é essencial para mudar essa realidade e garantir atendimento digno às pessoas com obesidade.

Nesse cenário, o papel do Estado é fundamental para continuar assegurando o desenvolvimento de ações que levem em conta o impacto da obesidade na sociedade brasileira. É necessário que se debata o estabelecimento de uma política pública que se volte para a disseminação do conhecimento sobre a etiologia da doença, sua prevenção, disponibilidade de testes diagnóstico, de alternativas de manejo e acompanhamento dos pacientes.

Assim, certo de poder contar com o apoio dos/as ilustres pares, solicito a aprovação deste requerimento para realização da Audiência Pública em novembro de 2019.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de outubro de 2019.

Deputado ROMAN

PSD/PR

---

<sup>2</sup> Henderson, E. 2015. Obesity in primary care: a qualitative synthesis of patient and practitioner perspectives on roles and responsibilities. Br J Gen Pract; 65 (633): e240-e247